

Finanças pessoais e educação financeira entre universitários: perfil dos graduandos da UNIOESTE - Francisco Beltrão

Rafael Maehler¹
Marco Aurelio Kasmin²

Resumo: Educação financeira é a sistematização do conhecimento acerca do dinheiro, da obtenção, do emprego racional e eficiente, assim como dos mecanismos e instrumentos de poupança e investimento. Se a educação financeira por si só não é a resposta, sem ela, mesmo tendo recursos suficientes, uma pessoa pode não desfrutar de nível de qualidade de vida equivalente os recursos forem empregados. Espera-se que as pessoas mais instruídas, que passaram mais tempo no sistema de ensino formal, tenham maior conhecimento sobre o dinheiro e os instrumentos financeiros. Esse trabalho investiga o nível de conhecimento e uso dos diferentes instrumentos financeiros – de crédito, poupança e investimento – entre universitários de nove cursos de graduação em três áreas distintas do conhecimento. Este trabalho empregou uma metodologia quantitativa, exploratória e descritiva, buscando avaliar o conhecimento por meio de questões subjetivas e objetivas sobre o tema, abordando o conhecimento e o uso de instrumentos financeiros. A hipótese de que os jovens da era digital têm mais acesso à informação é verdadeira, no entanto, a resultante consequente esperada, ter mais conhecimento, não se mostrou verdadeira. A ampla maioria tem acesso ao sistema bancário e financeiro, mas desconhece os instrumentos ofertados e não faz uso deles. O planejamento financeiro é relegado pelos universitários mais jovens e sem dependentes. Os instrumentos para tomada de crédito são mais empregados do que os de investimento, o conhecimento técnico – juros, prazos e cláusulas contratuais – são igualmente desconhecidos, no entanto, mesmo sem conhecimento há o uso da tomada de crédito frequentemente.

Palavras-chave: Educação Financeira. Investimento. Endividamento. Universitários.

Personal finances and financial education of university students: profile of undergraduates at the State University of Western Paraná, Francisco Beltrão campus

Abstract: Financial education is the systematization of knowledge about money, obtaining it, rational and efficient use, as well as saving and investment mechanisms and instruments. If financial education alone is not the answer, without it, even with sufficient resources, a person may not enjoy an equivalent level of quality of life if resources are misused. More educated people, who have spent more time in the formal education system, are expected to have greater knowledge about money and financial instruments. This work investigates the level of knowledge and use of different financial instruments – credit, savings and investment – among university students from nine undergraduate courses in three different areas of knowledge. This work used a quantitative, exploratory and descriptive methodology, seeking to assess knowledge through subjective and objective questions on the subject, addressing knowledge and the use of financial instruments. The hypothesis that young people in the digital age have more access to information is true, however, the expected consequent result, having more knowledge, did not prove to be true. The vast majority has access to the banking and financial system, but is unaware of the instruments offered and does not use them. Financial planning is overlooked by younger university students without dependents. The instruments for taking credit are more used than those for investment, technical knowledge – interest, terms and contractual clauses – are equally unknown, however, even without knowledge there is frequent use of credit.

Keywords: Financial Education. Investment. Indebtedness. College students.

¹Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: R.maehler@hotmail.com

² Doutor em Desenvolvimento e Agronegócio. Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail: marcokasmin@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5535-9753>

Introdução

As pessoas estão todo o tempo envolvidas com finanças, no âmbito escolar, profissional ou familiar. Não de forma profissional, que remeta ao *frenesi* do mercado de capitais, mas sim em suas ações cotidianas de trabalho e consumo, de forma casual e prática empregam os mais complexos conceitos de alocação de renda, aquisição, consumo, crédito, juros e lucro. Cabe questionar se realizam transações diversas de forma consciente, qual nível de conhecimento sistemático detém sobre as transações que realizam cotidianamente, e se esse conhecimento é o bastante para dar segurança na realização dessas transações e manter as finanças pessoais saudáveis.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (2004) define a educação financeira o processo pelo qual a sociedade melhora o seu entendimento em relação aos conceitos e produtos financeiros, de modo que possam desenvolver valores e competências necessárias para se tornar mais conscientes das oportunidades e seus riscos, alcançando maior qualidade de vida em função das decisões tomadas.

Grussner (2007) afirma que o dinheiro determina a qualidade de vida e assimila significados como sucesso, força, estabilidade e felicidade. Nesse sentido, seria desejável ter um conhecimento adequado de como gerenciá-lo e estar ciente da importância de ter um plano ao longo prazo. Outro fator que acentua a necessidade da educação financeira é que se tem cada vez mais presente oportunidades de compras, tanto por meios físicos como digitais. No entanto, por meios digitais, presentes diuturnamente no cotidiano atual, a publicidade, a oferta de novos produtos, os meios de pagamentos aparecem vinculados, ampliando a propensão ao dispêndio.

Uma das consequências deletérias da má conduta financeira é o endividamento exacerbado, a empresa SERASA estimou que 75% das famílias brasileiras estavam endividadas em 2021. Embora se alegue que a tomada de crédito seja função da necessidade, ou seja, em função da baixa renda, esse fato não encontra base na lógica comercial, pessoas de baixa renda tem dificuldade em acessar o sistema financeiro, como mostra o relatório de cidadania financeira do Banco Central do Brasil – BACEN (2022), que aponta que apenas 86% dos cidadãos adultos tem conta bancária.

A educação básica, técnica e profissionalizante tem como objetivo ampliar a capacidade produtiva do trabalho, ampliar a capacidade de gerar renda para si, mas é premente a ausência de instrução para sobre a alocação e, principalmente, sobre os instrumentos financeiros que podem ser empregados para essa alocação, Brutes e Seibert (2014) afirmam que os jovens não recebem o

conhecimento necessário sobre o tema em casa e nem no âmbito escolar, sendo que Zupan (2009), a conscientização financeira deve começar durante a infância, período no qual as crianças absorvem inúmeros conhecimentos que contribuirão para a formação da sua personalidade e servirão de base para suas atitudes quando adultos.

Pode-se afirmar que é a pobreza e não a ausência de conhecimento que faz, historicamente, o problema, no entanto, a ausência de conhecimento pode levar a ruína mesmo aquele que tem recursos e os emprega mal. O sentido oposto também é verdadeiro, com conhecimento, a racionalização do uso de poucos recursos pode levar a condições melhores.

A questão cultural e a carga histórica detêm sua participação na decisão dos brasileiros, o país passou por um processo inflacionário por quase todo o século XX, culminando em um processo hiperinflacionário, diversos planos com congelamentos de preços e trocas de moedas, o desastroso confisco da poupança em 1992, é uma população que tem dificuldade e desconfiança para lidar com os instrumentos, organizações e empresas do setor financeiro.

Pereira (2003) cita algumas frases recorrentes no cotidiano para exemplificar o entendimento ruim sobre o dinheiro: “dinheiro não traz felicidade”, “só pensa em dinheiro”, “os ricos são todos corruptos”, dado a conformação cultural brasileira, embora todos desejem ter dinheiro, tê-lo é visto como algo ruim. Há fortemente a ideia de que a economia é um jogo de soma zero, que para um ganhar o outro tem que perder, embora se pratique cotidianamente relações comerciais, não é precípuo o entendimento de que só se participa de transações voluntárias pessoas que se beneficiam delas, portanto, consumidor e produtor são beneficiados em uma transação.

A educação financeira é um tema ausente do currículo escolar brasileiro em todos os níveis. Na maioria das escolas não existem disciplinas que ensinam sobre o dinheiro, o planejamento financeiro, poupança ou investimentos. Não há o entendimento dos custos dos financiamentos, sejam de curto prazo para bens de consumo ou longo prazo para bens duráveis. No âmbito das faculdades e universidades, públicas e privadas, a realidade parece ser a mesma, os universitários discutem temas complexos, mas relegam conhecimentos básicos do cotidiano.

Mesmo em cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas, como Administração e Ciências Econômicas, não há disciplinas específicas sobre os instrumentos financeiros, os alunos debatem políticas públicas, macroeconomia, teoria monetária, sem desenvolver a habilidade de empregar esses conhecimentos no seu cotidiano. Nesse contexto buscou-se investigar o quanto o universitário sabe sobre educação financeira e os diversos instrumentos financeiros a sua disposição, se esse conhecimento foi adquirido por meio do sistema formal de ensino, quais características socioeconômicas do universitário se relacionam com seu nível de conhecimento.

Além desta introdução este artigo possui quatro partes, uma revisão teórica sobre educação financeira, endividamento e planejamento pessoal, que baseou as questões do instrumento de pesquisa, questionário; a segunda parte apresenta a pormenorização da metodologia; a terceira, a apresentação dos resultados e, por fim, as conclusões.

Educação financeira

O termo educação remete a instrução, aptidão formal para compreensão e uso dos instrumentos e produtos, refere-se a tomada de decisão consciente dos fatores envolvidos; enquanto o termo “financeira” remete às atividades que envolvam dinheiro. Educação financeira é a instrução que dá liberdade e autonomia para a tomada de decisão consciente dos fatores – retorno, custos e riscos – em ações que envolvem dinheiro. A educação financeira não é, portanto, apenas o conhecimento sobre os produtos e instrumentos financeiros disponíveis, não é um aconselhamento de como o cidadão deveria alocar seus recursos, mas sim a habilidade de avaliar a situação, escolher o melhor conjunto de instrumentos financeiros para a consecução de seu objetivo (Pastore, 2020).

Medeiros (2003) entende que a educação financeira é um tema importante no qual se discute a importância do dinheiro e como administrá-lo, poupá-lo, como ganhá-lo e consumi-lo de forma consciente. Enquanto alguns focam a educação financeira na poupança e investimento, publicizando produtos das instituições financeiras, a educação financeira aborda ambas as partes da equação: $\text{receita} = \text{despesa} + \text{poupança}$. A educação financeira inicia pela geração de recursos, pelo entendimento da remuneração dos fatores produtivos, sendo o trabalho o fator disponível a todos, sendo esse o único fator disponível para alguns.

Entender as formas de remuneração, as alternativas laborais, as diferentes relações comerciais permitem ao jovem abrir seu leque de busca para as oportunidades de colocação no mercado. Pastore (2020) aborda as dificuldades dos jovens para se colocar no mercado de trabalho. Melo e Borges (2007) abordam as dificuldades especificamente para a população de recém-graduados, para ambas as populações – graduados e não graduados – o mercado de trabalho não é a única alternativa, empreender é uma alternativa relegada por falta de conhecimento, por não saber, ou não achar possível empreender.

A segunda parte da equação é referente a despesas e poupança, Cerbassi (2004) alega que o controle das despesas mantém o equilíbrio financeiro, que mesmo obtendo elevada renda a má gestão levaria a uma perda na qualidade de vida futura. E mesmo com uma renda baixa é possível

construir um padrão de vida dignamente confortável quando se aloca racionalmente os recursos que se possui. Poupar de forma consistente é um marco na educação financeira, significa que se obteve renda maior que as despesas, com a poupança o indivíduo passa a construir uma reserva que lhe dará segurança frente as vicissitudes da vida. Havendo a possibilidade de poupança conhecer os instrumentos de poupança e investimento é preciso, passa-se a um novo nível de educação financeira, com uma complexidade maior, sobretudo em um país subdesenvolvido e com amplo histórico inflacionário como o Brasil.

Segundo o BACEN (2022a) a sociedade brasileira iniciou o mês de dezembro de 2022 com 989 bilhões de reais em poupança, sedo 756 bilhões na caderneta de poupança, instrumento financeiro muito popular, que, no entanto, não tem reposto nem a inflação do período. Dado esses valores é incorreto dizer que o brasileiro não poupa, mas é correto dizer que não há estímulo a poupança. O instrumento de poupança mais popular não mantém o poder aquisitivo do valor aplicado, há uma perda paulatina de valor, que induz o agente econômico racional alocar seus recursos na forma de consumo. Considerar que a moeda possa ser instrumento de poupança é ainda mais irracional, a inflação acumulada entre março de 2017 e março 2022 foi de 31,3% (IBGE, 2022).

A ausência de conhecimento e, conseqüentemente, reduzido acesso a instrumentos financeiros que permitam realizar poupança de forma segura e que mantenha o poder aquisitivo do valor aplicado ao longo do tempo é impeditivo a construção de reservas. É irracional fazer poupança em uma conjuntura na qual se perde valor ao longo do tempo, ou seja, em ambiente inflacionário e sem acesso a instrumentos eficazes de poupança, reter moeda é irracional.

Por sua vez a ausência de poupança mantém o indivíduo mais vulnerável as vicissitudes da vida. A existência de poupança nesses instrumentos ineficazes é decorrente do entendimento natural da necessidade de ter reservas, que é feita mesmo com o custo da perda do poder aquisitivo em valor parcial ao da inflação no período. Há, portanto, racionalidade em manter recursos em instrumentos ineficazes de poupança, que decorre de o custo na forma de risco ser maior que a perda de valor em função da inflação.

Esse sistema também implica uma transferência líquida de recursos dos mais vulneráveis para aqueles que acessam crédito cedidos a partir desses recursos. Ou seja, dos poupadores da caderneta de poupança para os tomadores de crédito subsidiado no Sistema Financeiro Habitacional Brasileiro.

Para Halfeld (2006), a educação financeira é imprescindível aos consumidores para ajudá-los a organizar seus ganhos, além de orientar para a poupança e, por fim, realizar investimentos. Dado que há intuito natural de poupar para se prevenir das vicissitudes da vida, reduzir o custo de

poupar em uma nação com amplo histórico inflacionário depende diretamente da educação financeira, de poder acessar instrumentos eficazes e seguros de poupança. Poder poupar depende igualmente da educação financeira ao ampliar o conhecimento e acesso às oportunidades de geração de renda. Por fim, a educação financeira fará parte das escolhas de consumo dos agentes, tanto no entendimento do custo-benefício da aquisição, elemento dependente da preferência do consumidor, mas principalmente das diferentes formas de pagamento e financiamento de suas escolhas de consumo, podendo com conhecimento ter um planejamento e modos menos custosos de aquisição dos mesmos bens.

Endividamento

O endividamento é, a princípio, positivo, significa ter acesso adiantado a recursos que permitem o investimento ou consumo que não se poderia ter no tempo presente. A questão principal para a educação financeira é o nível de endividamento, a causa, se investimento ou consumo, e a redução futura de qualidade de vida dado o adiantamento da renda, que reduz o consumo futuro, assim como dos fatores psicossociais decorrentes do nível de endividamento.

Quando se trata do agente econômico pessoa física a principal justificativa do endividamento é o adiantamento de recursos para consumo. Torna-se preocupante o endividamento da pessoa física quando seu grau causa redução severa da renda futura, condicionando a qualidade de vida futura, assim como os efeitos psicossociais, que não são passíveis de mensuração, mas que causam grande redução de qualidade de vida no caso de “sobre-endividamento”, que significa uma situação em que o devedor não consegue pagar integralmente uma ou mais dívidas. (Marques e Frade, 2003).

Fiorentini (2004) elenca as principais causas do “sobre-endividamento” como sendo: dificuldade financeira pessoal, desemprego, falta de controle sobre despesas, compras para terceiros, atraso salarial, comprometimento da renda com despesas supérfluas, redução da renda, doenças, má fé, sendo que todos eles podem ser agravados em relação a fatores externos que levam a uma forma combinada de endividamento, na qual o indivíduo toma crédito de diversas fontes simultaneamente, sendo esse o múltiplo endividamento. Outra forma de endividamento é a inadimplência intencional ocasional, na qual o indivíduo escolhe quais de suas obrigações cumprirá e em quais incorrerá em inadimplência, essa forma é mais comum para obrigações dissociadas de serviços e produtos recorrentes, ou seja, incorre-se nessa forma de endividamento,

com propensão maior, com órgãos estatais, dado que a cobrança de impostos não reduz instantaneamente a qualidade de vida, e o processo de cobrança e execução é mais longo.

Não ter um planejamento financeiro, produto da educação financeira, é apontado como um determinante do endividamento por Cerbassi (2004), sendo predominante entre profissionais autônomos, que incorrem em endividamento quando percebem mudanças abruptas em seus fluxos de caixa esperado.

Elementos culturais, socioeconômicos, assim como as influências do ambiente em que convive podem levar o indivíduo a acessar um padrão de vida além de suas possibilidades. Rodrigues (2004) discorre sobre os valores familiares e a influência do meio e do *marketing* sobre o padrão de consumo, sobretudo de jovens, e o endividamento. Já Silva (2004) foca nos efeitos do *marketing* sobre o endividamento, o quanto o apelo pelo consumo de fato resulta em consumo e seu efeito sobre o nível de endividamento entre jovens.

A educação financeira permite ter mais clareza sobre os custos das diferentes formas de aquisição e financiamento, levando o indivíduo a ponderar de forma consciente o custo-benefício do adiantamento do consumo, racionalizando o ímpeto pela tomada de crédito. Já as diferentes estratégias de gestão de fluxo de caixa trazem mais robustez aos agentes autônomos, evitando que os diferentes ciclos econômicos o levem a uma condição de sobre-endividamento.

Planejamento financeiro pessoal

Planejar é estabelecer uma sistemática para as futuras tomadas de decisão, o planejamento financeiro pessoal é ter definido para si os seus objetivos de médio e longo prazo e inclui-los na tomada de decisão presente que envolve recursos financeiros. O planejamento pessoal financeiro não pode ser entendido como um conjunto de metas de curto prazo dentro do orçamento cotidiano, mas sim como a ponderação entre o uso presente e futuro dos recursos disponíveis.

A primeira questão relevante ao se definir um planejamento financeiro pessoal é a necessidade de refletir e estabelecer objetivos de médio e longo prazo. Sem objetivos, sem custo de oportunidade temporal, todo juízo sobre a relação consumo-poupança penderá sempre para o consumo presente em detrimento da poupança. É apenas quando se pretende um objetivo maior no futuro que haverá motivação para abdicar do consumo presente visando a consecução deste objetivo, seja qual for, não é função da educação financeira estabelecer os objetivos pessoais, mas sim buscar os meios para a sua realização, conforme Gitman (2001).

A construção de um patrimônio relevante, que dê segurança e qualidade de vida, ou poder deixar o trabalho regular são, usualmente, postos como objetivo de longo prazo, nesses casos, segundo Macedo Jr. (2007), pode somar mais por seu futuro do que muitos anos de trabalho, e em geral esse é o diferencial entre sonhadores e os realizadores. A definição dos objetivos cria um vetor de ponderação para a toma de decisão, passa-se a ter clareza do que se pretende e tem-se um valor do objetivo pretendido, que será considerado para toda decisão.

O planejamento não se torna uma imposição, uma trajetória a ser seguida, um conjunto estreito de metas a serem batidos, mas sim uma técnica para a tomada de decisão. Para as decisões cotidianas recorrentes o planejamento pode se tornar uma resposta padrão, após feita análise recursiva de eventos repetitivos passasse a adotar uma resposta padrão. Mas o maior valor do planejamento financeiro pessoal vem de ser uma técnica administrativa que, por meio da análise do meio ambiente de uma pessoa, permite desenvolver a consciência de suas oportunidades e ameaças, dos seus pontos positivos e negativos, criando nesse contexto os meios para o propósito, para que o indivíduo possa usufruir das oportunidades e evitar as ameaças. O planejamento não é um algo rígido, mas a técnica de adaptação as mudanças. Conforme Gitman (2001), o planejamento financeiro se inicia com planejamentos ao longo prazo, que guia a formulação de planos no curto prazo.

Uma característica importante do operacional de um planejamento financeiro pessoal é a existência de instrumentos de controles financeiros, das receitas e despesas pessoais, os demonstrativos financeiros. Há poucas pessoas que mantenham registros fidedignos de suas finanças pessoais, dado o trabalho e o baixo retorno que esse controle parece ter.

No entanto, há cada vez mais instrumentos para a manutenção de registros e históricos pessoais e familiares, sejam por meio digitais como aplicativos de celular, ou registros indiretos, como função em aplicativo de bancos ou outros provedores de serviços bancários. Há também os registros indiretos, funcionais para aqueles que empregam predominantemente meios de pagamentos e não o dinheiro em espécie. Nesse caso o extrato do principal meio de pagamento pode servir de instrumento de controle, como o extrato de cartão de crédito, por exemplo.

Ennes (2006) explicita alguns passos na elaboração de um planejamento: o primeiro passo é listar todas as receitas; em seguida todos as despesas fixas, nas despesas com valor mais variável é necessário ser conservador; o melhor a ser feito é projetar um valor acima da média para que não seja pego de surpresa; posteriormente a isso é importante pensar nos gastos supérfluos; todos os custos e despesas devem ser contabilizados; pequenas despesas podem fazer diferença.

Percebe-se nessa análise que conhecer as despesas, poder estimar sua volatilidade, projetar margem de segurança que considere essa volatilidade, julgar gastos essenciais,

importantes e supérfluos, é fundamenta para a tomada de decisão consciente. Desconhecendo as próprias despesas, deixando que caiam no esquecimento, não é possível avaliá-las, podem se tornar um impeditivo voluntário aos objetivos maiores de longo prazo.

Decisão de investir

O último estágio da educação financeira é a decisão de investir, é fundamental dado que demonstra que as demais partes foram realizadas com um mínimo de sucesso, permitindo que o indivíduo tenha recursos para investir após arcar com suas despesas cotidianas. Investir e auferir retornos sobre o investimento permite acelerar a consecução dos objetivos de longo prazo.

Da mesma forma quem não tiver presente a importância de economizar um pouco, e de maneira periódica, provavelmente não alcançara o almejado sucesso financeiro. Mais importante do que a quantidade poupada é a ideia de mensal ou periodicamente colocar uma certa importância de lado e não gastar tudo o que se ganha. (Frankenberg,1999).

A decisão de investir pode gerar um efeito cumulativo muito positivo, pois para investir o indivíduo buscará conhecer sobre os instrumentos e alternativas disponíveis, aprendendo mais sobre e reforçando entendimentos que teve ao longo do processo de educação financeira. Nesse momento, por exemplo, o entendimento de juros não é mais apenas o valor a ser pago pelo adiantamento de recursos, mas também o retorno de investimentos em renda fixa. O entendimento de juros como custo de oportunidade ganha novos componentes, não é mais apenas o que se paga, mas também o que se deixa de receber.

Novos termos como risco, liquidez, volatilidade, rentabilidade, vencimentos e carências passam a fazer parte do cotidiano do investidor. Esses conceitos passam então a serem aplicados ao cotidiano, mudando o entendimento rotineiro das atividades de produção e consumo que ocorrem em seu ambiente. Tão importante quanto os rendimentos que se espera auferir é o conhecimento e mudança na interpretação do sistema econômico no qual se está inserido.

Ao considerar investir, o indivíduo precisa, novamente, ter claro seus objetivos e distribuí-los no tempo de modo a compor seu portfólio com instrumentos de diferentes vencimentos que estejam sincronizados com os objetivos. Para Stoner (1985), estabelecer os objetivos é importante por quatro razões: a primeira é proporcionar um senso de direção, o qual reforça e motiva o investidor; a segunda razão aponta que os objetivos intensificam os esforços. Tendo em vista que os recursos são escassos, é importante definir prioridades. Já a terceira razão é ter os objetivos como direcionadores de nossos planos e decisões. Ao possuir metas estruturadas, se torna mais seguro a tomada de decisão, sendo a escolha mais interessante aquela que estiver

contribuindo com os objetivos. Por fim, a quarta razão é avaliar o progresso. Um objetivo bem estabelecido e com um prazo definido, se torna um padrão de performance que permite o investidor a avaliarem seu progresso.

O perfil de investidor é posto para novos investidores como um questionário pelos agentes do mercado financeiro, embora pouco instrutivo, ele é o iniciador deste conceito, faz o indivíduo refletir sobre a possibilidade de perda, sua reação a ela. Expõe o indivíduo ao conceito de volatilidade, de perda aceitável, e do quanto está disposto a aceitar de risco e volatilidade em seus investimentos.

Todo investimento, assim como qualquer decisão pessoal, é feito em ambiente de incerteza e tem, portanto, risco. O conceito de risco passa a fazer parte do entendimento do investidor, que não busca evitar, o que é impossível, mas gerir esse risco. A relação risco-retorno é conceito recorrente ao se tratar de investimentos.

A diversificação é uma das bases da gestão de risco, podendo diminuir o risco até certo ponto, pois existe um nível mínimo de risco que não pode ser eliminado pela diversificação, o risco sistemático. Segundo Luquet (2000), a diversificação é uma estratégia de investimento, com isso a perda em algumas aplicações pode ser superada com os ganhos em outras.

A liquidez se refere a velocidade e facilidade que um ativo pode ser convertido em dinheiro (Ross, 2000), e é, simultaneamente, um redutor de risco do investimento, permitindo que o indivíduo deixe aquele instrumento caso se sinta desconfortável, como um redutor de risco das finanças pessoais cotidianas, investimentos de maior liquidez darão mais robustez ao lidar com vicissitudes não relacionadas aos investimentos, mas a da vida do investidor, permitindo que ele liquide os valores para arcar com despesas inesperadas.

Entender o prazo de vencimento em função de seus objetivos é tão importante quanto entender a liquidez em função da variabilidade, seja dos investimentos, seja das finanças pessoais.

Metodologia

Este trabalho empregou uma metodologia qualitativa e exploratória visando verificar o entendimento do acadêmico acerca do tema educação financeira na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, em Francisco Beltrão - PR. Para tal fora feita uma pesquisa de campo na qual se empregou um questionário presencial objetivando sistematizar o entendimento e aplicação cotidiana dos conceitos de educação financeira na gestão pessoal dos universitários.

A amostragem é não probabilística, não foi objeto de procedimentos estatístico de seleção e aleatorização, a amostragem foi voluntária, a pesquisa fora realizada no campus durante o horário de aula, no entanto nem todo acadêmico manifestou interesse em participar, portanto nem toda a população fora entrevistada. Coleta ocorreu em julho de 2022. O universo da pesquisa é formado por 1303 acadêmicos. Os cursos abordados foram: Ciências Econômicas; Direito; Administração; Serviço social; Pedagogia; Nutrição; Medicina; Geografia Licenciatura e Geografia Bacharelado.

O instrumento de coleta foi um questionário com 29 questões divididas em 3 blocos: o primeiro avaliando o perfil socioeconômico do acadêmico, incluindo seu endividamento; o segundo sobre conhecimentos gerais sobre finanças, educação financeira; o terceiro sobre o comportamento de investidor e conhecimento sobre instrumentos de investimentos. A estrutura do questionário é ilustrada na Figura 1.

A elaboração do questionário levou em conta a necessidade de abranger todas as possibilidades de resposta, buscando um conjunto de respostas mutuamente excludentes adotou-se um *layout* que permitisse ao pesquisador tabular os dados de forma a identificar as diferentes características dos alunos com respostas sobre o tema da pesquisa, visando assim poder relacionar as diferentes variáveis levantadas, mantendo o anonimato do respondente. O questionário foi submetido à apreciação de três doutores em economia para validação, todos os apontamentos feitos foram acatados. Posteriormente fora feita uma aplicação teste assistida, objetivando verificar a clareza das questões, se os respondentes apresentariam dúvidas sobre qualquer ponto do questionário, ou aventariam respostas que não se pudesse expressar por meio do instrumento.

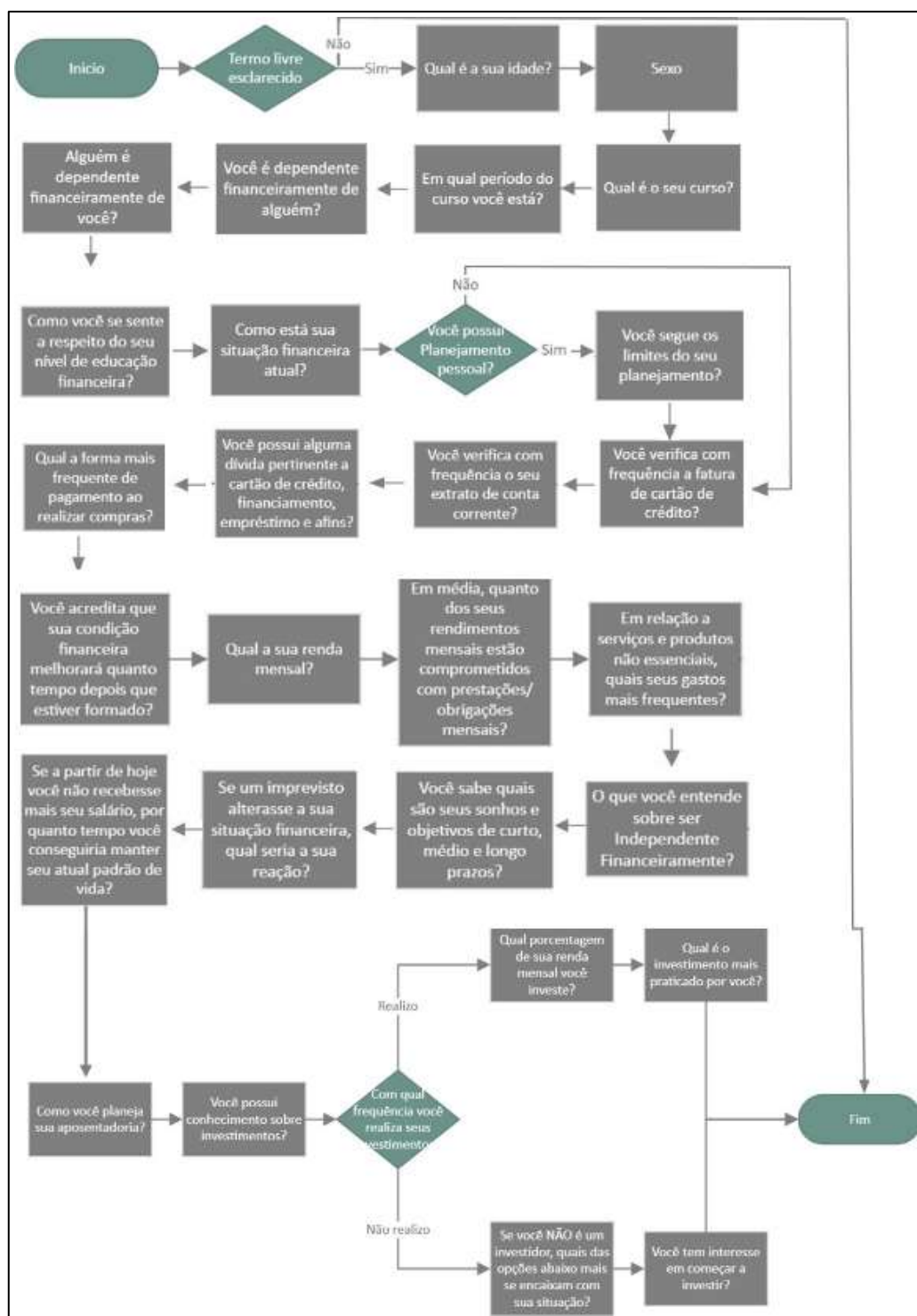


Figura 1. Estrutura do instrumento de coleta de informação

Fonte: Elaborado pelos autores

Os dados foram compilados e organizados em planilhas eletrônicas, a análise, predominantemente de frequência, foi realizada buscando associar diferentes questões que se relacionam na teoria, para verificar sua manifestação nessa conjuntura. Os dados são expostos em gráficos, junto de uma discussão pertinente, na próxima seção.

Análise dos resultados

Nesta parte do trabalho é apresentado o resultado do levantamento, assim como a discussão dos resultados. A amostragem final de respostas foi composta de 453 estudantes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão. Deste total, verificou-se que a maior parcela pertence ao gênero feminino (67,10%), e apresenta idade média de 21 anos, o que se justifica pelo público-alvo da pesquisa, estudantes universitários. A maior parte dos estudantes não possui dependentes (89,60%) e aproximadamente metade dos estudantes declaram possuir uma renda mensal de 1 salário-mínimo, ou seja, aproximadamente R\$ 1.212,00 reais.

A primeira questão tem o intuito de verificar se o acadêmico entende a graduação que cursa como um investimento em capital humano, ou seja, se há a expectativa de alteração da renda futura do trabalho com conclusão do curso, e em que prazo essa alteração é esperada.

Percebe-se que há grande disparidade entre os cursos, no entanto, a graduação é entendida como um investimento que altera a renda futura do acadêmico, 77% dos acadêmicos esperam uma elevação de sua renda em até 2 anos, sendo 13% esperam que essa alteração ocorra em mais de dois anos e 9% não acreditam que a graduação alterará sua renda futura.

Os cursos de pedagogia e administração apresentam o pior resultado em relação à expectativa de melhora da renda futura. Para realizar uma análise comparativa proporcional criou-se um índice dividindo as duas respostas mais pessimistas pelas duas mais otimistas, o indicador é pior quanto maior for o resultado, mostrando a proporção dos alunos que cursam a graduação sem expectativa de melhora futura em relação aos que esperam um futuro melhor. O resultado pode ser observado na Tabela 1 por curso.

Tabela 1 – Percentual dos alunos pessimistas em proporção dos alunos otimistas em relação a graduação e sua renda futura.

Curso	Serviço Social	Geografia. Bach.	Geografia. Lic.	Administração	Pedagogia
%	250,00%	83,33%	66,67%	64,29%	52,17%
Curso	C. Econômicas	Direito	Nutrição	Medicina	
%	45,95%	39,02%	32,26%	4,65%	

Fonte: Elaborada pelos autores.

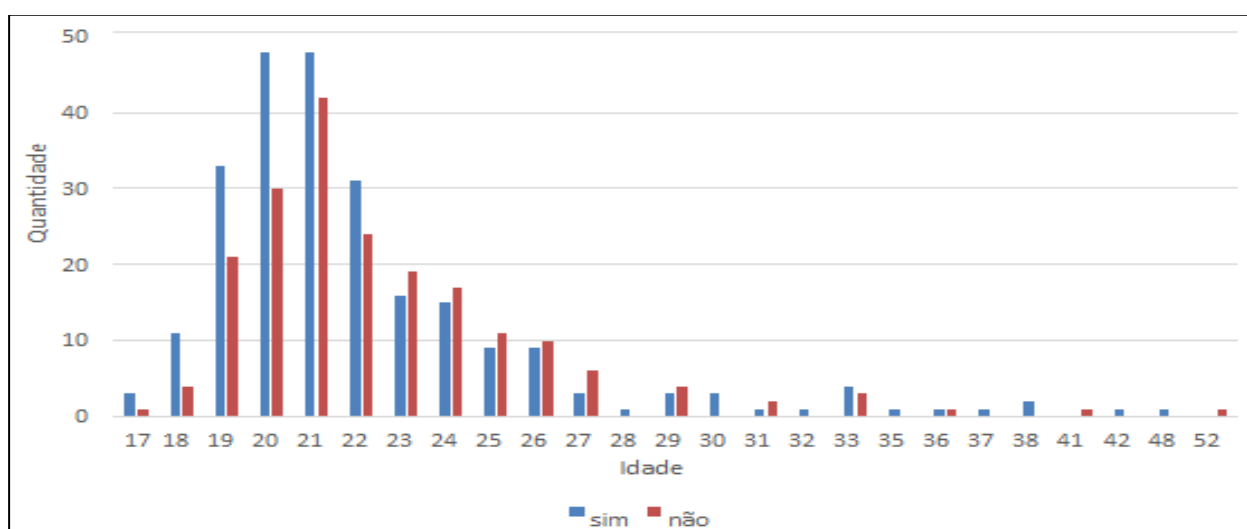
Destaca-se o curso de Serviço Social, que tem 2,5 (250%) alunos pessimistas para cada 1 aluno otimista em relação a melhora da renda após terminar a graduação. Há grande disparidade

entre a percepção dos alunos no quanto o curso que estão fazendo pode impactar na sua renda futura, parte relevante dos alunos não entendem a graduação como um investimento que alterará sua capacidade produtiva e, consequentemente, sua renda e qualidade de vida.

Os cursos de Serviço social, Pedagogia, Administração e Geografia tem uma proporção maior de alunos que estão na graduação mesmo sem a expectativa de que isso lhes ajude a obter uma melhor colocação no mercado de trabalho e uma melhor qualidade de vida futura. Buscar entender por que esses jovens têm essa expectativa e por que, mesmo com essas expectativas negativas, estão dedicando tempo e esforço aos cursos que escolheram é importante para compreender sua tomada de decisão e seu planejamento em relação ao futuro.

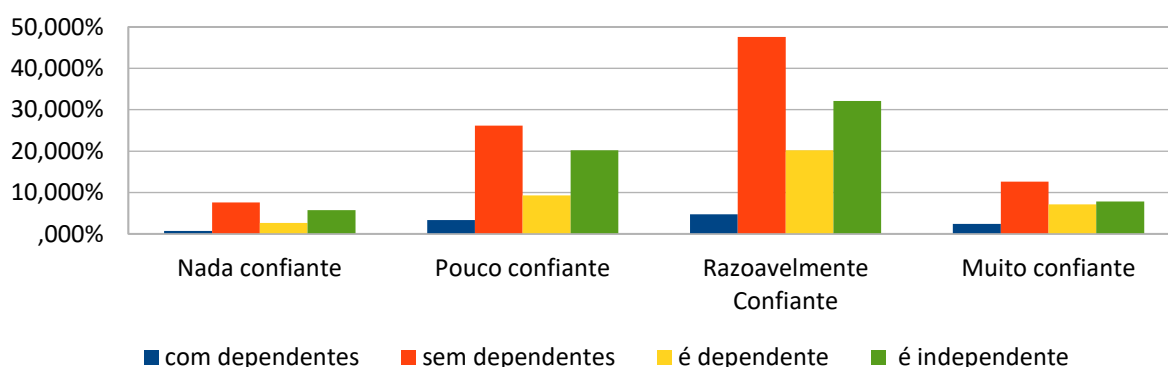
Quando questionado se realizam um planejamento financeiro pessoal obteve-se um padrão divergente do esperado, sendo o maior o número daqueles que afirmam ter um planejamento entre os mais jovens, menores de 22 anos, a análise de frequência pode ser observada no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição de frequência dos acadêmicos que afirmam ter um planejamento pessoal em função da idade.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Muitas vezes a responsabilidade não é desenvolvida voluntariamente, mas imposta pelas vicissitudes da vida, por isso os acadêmicos foram inqueridos se possuem dependentes e como classificam sua situação financeira. O gráfico 2 apresenta esses resultados.

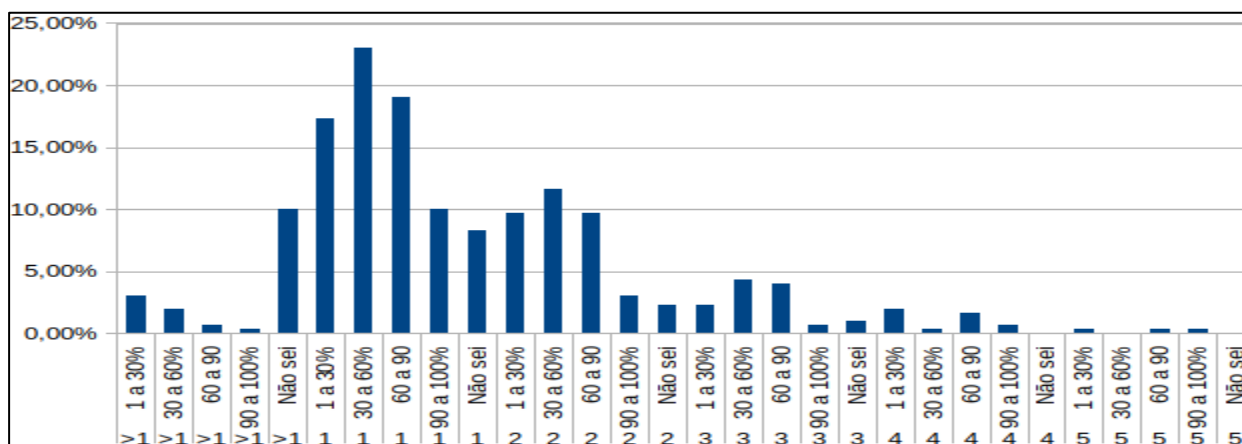
Gráfico 2 – Situação financeira por grupo, com dependentes e sem dependentes

Fonte: Elaborado pelos autores.

É esperado que pessoas sem dependentes tenham mais facilidade para manter as finanças saudáveis podendo usufruir de forma independente de toda renda que geram. Assim como se espera que a existência de dependentes engendre o desenvolvimento da autorresponsabilidade.

Suscita um debate a predominância de cursos de ciências sociais aplicadas no campus, assim como de cursos de extensão e a baixa presença de acadêmicos que afirmam realizar um planejamento financeiro pessoas, tanto os cursos de Serviço social, Ciências Econômicas e Administração tem em suas graduações o entendimento de conceitos de gestão, gestão pessoas, finanças pessoais e planejamento familiar, e os acadêmicos apresentam um baixo nível de preocupação e aplicação desses conceitos em suas vidas, sendo que 15% afirmam ter dívidas e não saber como lidar com elas no curto prazo.

Pode-se, e usualmente se faz, argumentar que a pobreza em absoluto é um impeditivo ao planejamento financeiro. Discorda-se dessa assertiva que não encontra embasamento empírico ou teórico, é a educação financeira parte fundamental da superação da pobreza e como se pode observar no Gráfico 3 a renda média dos acadêmicos é superior à média nacional. Os acadêmicos, mesmo aqueles que são dependentes dos pais, estão em condição melhor que a imensa maioria da população brasileira. O Gráfico 3 demonstra, também, o comprometimento da renda com despesas mensais recorrentes e essenciais, como aluguel e alimentação.

Gráfico 3 – Renda em salários-mínimos e comprometimento da renda com despesas essenciais

Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebe-se que a maior frequência de respondentes que não sabem o quanto de sua renda é dispendida com gastos essenciais é maior entre os de menor renda. Dado estar na condição de dependente é possível, porém não recomendado, que o acadêmico possa ser relapso com suas finanças. Ter consciência de suas despesas é a pré-condição para o consumo responsável, independente da fonte de renda ou do esforço para sua obtenção. Adentrar ao mercado de trabalho sem desenvolver essas valências pode levar o jovem a situações de descontrole financeiro.

Dado a possibilidade de um evento fortuito que reduza drasticamente a renda do entrevistado, qual seria sua atitude? Essa questão possui, além das respostas optativas, um campo para que o respondente se manifestasse por escrito, caso as respostas não expressassem sua ideia de como reagir a um evento negativo. O resultado é apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Reação a um imprevisto

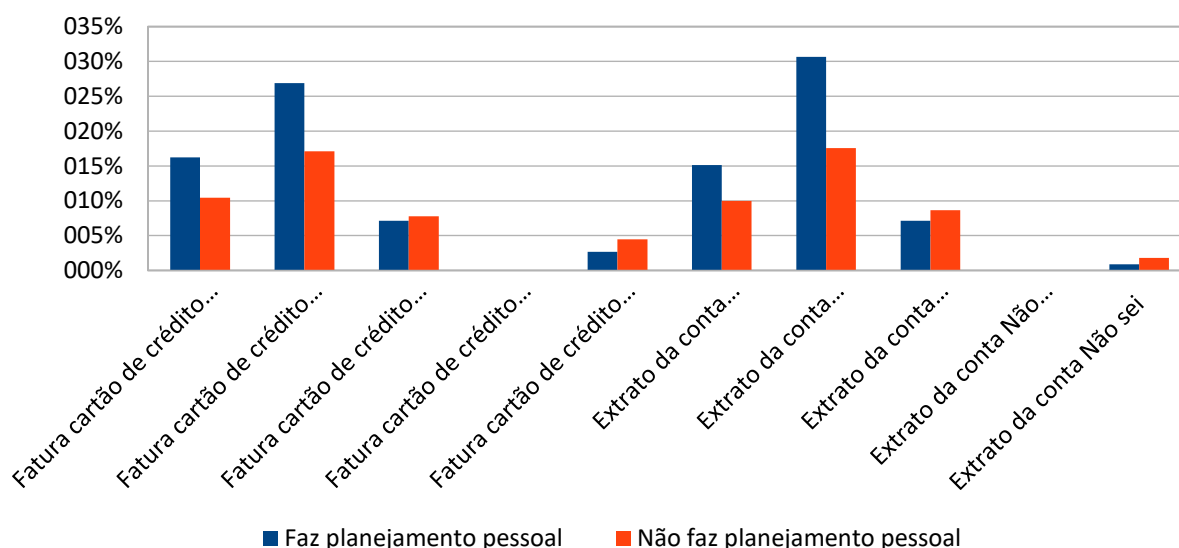
Resposta	%
Cortaria gastos desnecessários	55,09%
Faria um diagnóstico financeiro registrando meus gastos e dívidas	30,75%
Não saberia por onde começar	10,40%
Teria medo de encarar a situação	3,32%
Precisaria de auxílio com minhas contas básicas	0,22%

Fonte: Elaborado pelos autores.

A maior parte dos respondentes entende que há gastos desnecessários que poderiam ser deixados de lado em situação de adversidade. Parte relevante dos acadêmicos tem a perspectiva de uma abordagem analítica e sistemática da situação, optando por um diagnóstico formal. Porém 14% ainda afirmam que não saberiam como lidar.

Buscando observar o zelo com as finanças pessoais e o entendimento sobre si mesmo questionou-se se os acadêmicos fazem um planejamento pessoal e com que frequência verificam seus extratos de conta corrente e fatura de cartão de crédito, os resultados são apresentados no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Relação entre ter um planejamento pessoal e acompanhamento da conta corrente e cartão de crédito.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebe-se uma maior preocupação com o endividamento com o cartão de crédito do que com os valores mantidos na conta corrente. Felizmente todos os acadêmicos alegam ter o hábito de verificar ambos os registros, sendo a periodicidade mais observada a verificação semanal.

Há diferença entre o percentual daqueles que fazem e não fazem um planejamento pessoal com o zelo no acompanhamento de seus registros pessoais, esse é um exemplo de como a educação financeira afeta a tomada de decisão do indivíduo, independente dos valores o acompanhamento tem custo zero por meio dos aplicativos de bancos e financeiras. A menor preocupação com o acompanhamento dos registros pode fazer o acadêmico incorrer em custos desnecessários como taxas evitáveis, vícios em assinaturas de serviços que já não são mais utilizados e continuam a ser

descontados, assim como em golpes e fraudes como compras e pagamentos indevidos que podem não ser percebidos, ou percebidos muito tempo depois.

Em relação ao futuro distante e a manutenção da renda quando idoso se questionou como os acadêmicos se preparam para a aposentadoria, os resultados são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Como você planeja sua aposentadoria?

Contribuo para a previdência social	Contribuo para a previdência privada e social	Não contribuo para nenhuma forma de previdência	Faço investimentos a longo prazo para conseguir me aposentar	Possuo previdência privada para garantir minha segurança financeira	Gostaria de ter outras alternativas, mas não consigo poupar
31,54%	0,00%	36,24%	14,09%	10,07%	8,05%

Fonte: Elaborada pelos autores.

A grande quantidade de acadêmicos que não possui nenhuma forma de previdência é esperada em função da idade e dos acadêmicos que não iniciaram sua carreira, mesmo assim é um fato que levanta preocupação, os acadêmicos são todos maiores de idade.

Percebe-se que 24% dos acadêmicos têm uma alternativa além da previdência social, fato desejável dado que ampliará sua renda na terceira idade. A maior parte dos acadêmicos ainda se apoiam na contribuição compulsória para a previdência social. E 8% dos acadêmicos tem o entendimento de que é preciso desenvolver outras formas de ampliar e garantir renda na terceira idade, no entanto não conseguem fazê-lo.

Em relação aos investimentos, ou ao desejo de investir, foi questionado se o acadêmico tem conhecimento, e quais instrumentos são mais usados, os resultados são apresentados nas tabelas 3 e 4 a seguir.

Tabela 3 – Você possui conhecimento sobre investimentos?

Sim, estudo com frequência sobre o assunto	Sim, acompanho alguns criadores de conteúdo sobre o assunto e busco me informar	Sim, possuo um conhecimento razoável, já vi algumas palestras e vídeos sobre o assunto	Não possuo conhecimento	Não sei
8,67%	13,56%	36,22%	39,11%	2,44%

Fonte: Elaborada pelos autores

Tabela 4 - Qual é o investimento mais praticado por você?

Tesouro Direto	CDBs	Fundos de Renda Fixa	Fundos de investimento o em renda variável	Fundos imobiliários	Renda fixa (LCA, LCI, CRI, CRA ou Debentures)	Ações	Cripto ativos	Poupança	Nenhum
6,14%	5,70%	6,58%	3,95%	7,89%	8,77%	12,72 %	8,33%	35,53%	4,39%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Percebe-se que os acadêmicos tiveram acesso à informação de modo formal sobre investimento (36%), fato que pode ser associado aos cursos de graduação do campus, administração e economia, por exemplo, no entanto a maioria (39%) afirma não possuir conhecimento. É de se esperar que acadêmicos de áreas distintas tenham um padrão diferente de conhecimento, no entanto, ao se tratar de finanças pessoais é esperado que todos tenham algum conhecimento para poderem gerir suas finanças pessoais de forma básica.

Surpreende entre os jovens ser a poupança o instrumento de investimento mais empregado, a poupança tem um rendimento menor que a inflação em anos recentes e está a disposição dos jovens outras alternativas mais rentáveis e de segurança equiparável como os CDBs e Tesouro SELIC. Ao mesmo tempo que os acadêmicos ainda fazem amplo uso da poupança percebe-se que mais de 8% investem em *cripto* ativos, classe de criação recente e reconhecido risco e elevada volatilidade.

Quanto as dificuldades e interesse em relação aos investimentos, os resultados são apresentados nas Tabelas 5 e 6. Observa-se que a maior justificativa para não investir ainda é a ausência de recursos, sendo o segundo mais relevante a falta de conhecimento. Impressiona que quase 13% dos acadêmicos não demonstrem interesse em investir, em ter ou rentabilizar seus recursos, mostrando desinteresse com o próprio futuro.

Tabela 5 - Se você NÃO é um investidor, quais das opções abaixo mais se encaixam com sua situação?

Baixa renda	Endividado	Falta conhecimento e dinheiro	Tenho dinheiro, mas falta conhecimento	Tenho conhecimento, mas falta dinheiro	Tenho dinheiro e conhecimento, mas não iniciei	Não tem interesse em começar a investir
14,35%	5,22%	32,17%	15,22%	8,26%	3,48%	9,57%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Tabela 6 - Você tem interesse em começar a investir?

Sim, muito interesse	Sim, mas falta conhecimento sobre investimentos	Não falta conhecimento, mas tenho receio	Não tenho interesse algum	Não sei
18,26%	50,87%	6,52%	12,61%	11,74%

Fonte: Elaborada pelos autores.

Para aqueles que demonstram interesse em investir a falta de conhecimento e o medo decorrente da falta de conhecimento é o maior fator, ou seja, estes acadêmicos têm preocupação com o próprio futuro, estão em uma instituição de ensino superior, mas não acessam conhecimento relativo a investimento de forma suficiente para iniciarem sua jornada acumulação visando um futuro mais estável e pujante.

Considerações finais

O objetivo geral deste estudo é verificar o entendimento do acadêmico acerca do tema educação financeira e para tanto foi aplicado um questionário de 29 questões entre os estudantes da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão, com o intuito de coletar informações que fossem úteis para essa análise. Ao todo foram obtidas 456 respostas.

Foi possível perceber que entre os respondentes, a maioria acredita que seu nível de conhecimento sobre educação financeira seja apenas razoável, parte significativa não tem planejamento pessoal e não demonstra zelo no acompanhamento de suas finanças, fatos preocupantes, uma vez que a falta de conhecimento e cuidado pode levar os jovens a contraírem dívidas, comprometerem excessivamente sua renda futura e prejudicar a médio e longo prazo de um futuro financeiro pujante e estável.

A partir do questionário foi possível concluir também que 38,9% dos respondentes praticamente não possuem conhecimento algum sobre investimento, fato que enfatiza a escassez da educação financeira. Entre os respondentes que investem o principal investimento praticado é a caderneta de poupança, totalizando 34,8% das respostas, outro indicador que evidencia a falta de conhecimento no tema, já que investir na poupança é um investimento de pouca rentabilidade e há atualmente uma miríade de alternativas com liquidez diária, assim como a poupança, e rendimento superior, todos disponíveis nos aplicativos dos bancos, sendo de fácil acesso.

Desse modo, reforça-se que a educação financeira se faz pouco presente, mesmo entre os universitários, e que a falta dela pode acarretar inúmeras consequências nos seus cotidianos. De

fato, é notório que os estudantes não possuem níveis satisfatórios de “alfabetização financeira” devido ao comportamento mediano em determinados aspectos de gestão financeira, tais como optar pela poupança e, também os baixos níveis de conhecimento nas questões financeiras.

A ausência de conhecimento é apontada por muitos como sendo um entrave ao correto acompanhamento das finanças pessoais e, principalmente, para realizar investimentos. Muitos demonstram ter interesse, sendo assim importante desenvolver cursos de extensão para ampliar o conhecimento sobre os diferentes instrumentos financeiros, visando ter os acadêmicos como objeto e multiplicadores desse conhecimento na sociedade.

Referências

BACEN – Banco Central do Brasil. **Financeiras poderão emitir CDB**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/447/noticia>>. Acesso em: 26 jul. 2023.

BACEN – Banco Central do Brasil. **Relatório de cidadania financeira**. <https://www.bcb.gov.br/nor/relcidfin/cap01.html> Acessado em dezembro de 2022.

BACEN – Banco Central do Brasil. **Relatório de poupança**. <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/poupanca> Acessado em dezembro de 2022a.

BRUTES, L.; SEIBERT, R. M. O ensino da Educação Financeira a jovens de escolas públicas de Santo Ângelo Vivências. **Revista Eletrônica de Extensão das URI**, v. 10, n.18, p.174-184, maio/2014.

CERBASSI, G. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo: Gente, 2004.

ENNES, Juliana. Economia Pessoal: Planejar as finanças em paz. **Jornal do Comércio online**, 07 ago. 2006. Disponível em: <http://www.andima.com.br/clipping/070806/index.html>.

FRANKENBERG, L. **Seu futuro financeiro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus. 1999.

FIORENTINI, S. R. B. **Inadimplência: como evitar e resolver**. Sebrae, 2004

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 2.ed. PortoAlegre: Bookman, 2001.

GRUSSNER, P. M. **Administrando as finanças pessoais para criação de patrimônio**. 2007. 101 fl. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2007.

LUQUET, Mara. **Guia Valor Econômico de Finanças Pessoais**. São Paulo: Globo, 2000.

MACEDO JR., J. S. **A Árvore do Dinheiro: Guia para cultivar sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

- MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. **Regular o sobre endividamento**. Coimbra, 2003. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003
- MEDEIROS, C. D. L. G. **Educação financeira: O complemento indispensável ao empreendedorismo**. Campina Grande, 2003. Departamento de Sistemas e Computação, Universidade Federal de Campina Grande, 2003.
- MELO, S; BORGES, L. A transição da universidade ao mercado de trabalho na ótica do jovem. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 27, p. 376-395, 2007.
- ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. **Assessoria de Comunicação Social**. OECD's Financial Education Project. OCDE, 2004. Disponível em: < <http://www.oecd.org/> >
- PEREIRA, G. M. **A energia do dinheiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- RODRIGUES, D. D. O. **O uso de cartões de crédito por estudantes de graduação da Universidade Federal de Viçosa-MG**. 2004. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica), Universidade Federal de Viçosa. 2004.
- ROSS, S. A.; WESTERFIELD, R. W.; JORDAN, B. D. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2000.
- SILVA, E. D. **Gestão em Finanças Pessoais: uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.
- STONER, J. A. F. FREEMAN, R E. **Administração**. 5 ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1985
- ZUPAN, L. S. B. **Projeto de pesquisa sobre educação financeira para alunos do ensino fundamental**. 2009. 97 fl. Trabalho de Conclusão de Estágio (Graduação em Administração). Curso de Administração. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis - SC, 2009.

Recebido em 11/07/2023 – Aprovado em 28/07/2024